

Texto 02

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

João Cabral de Melo Neto¹

Caro aluno(a):

Construir um projeto político-pedagógico é como tecer uma manhã... O poeta mostra como os fios da manhã são tecidos pelos cantos entrelaçado dos galos, tal como a prática pedagógica da escola é construída pelo coletivo dos educadores, no processo de planejamento...

O planejamento é um processo permanente que implica escolhas, opções para construção de uma realidade, num futuro próximo. Embora o processo de planejamento ocorra a todo o momento na escola, é importante que as opções assumidas coletivamente estejam materializadas em um documento que, na prática, toma vários nomes: planejamento pedagógico, proposta pedagógica, projeto político-pedagógico, projeto pedagógico, projeto pedagógico-curricular ou plano da escola. É esse documento que deve orientar a escola na importante tarefa de formação plena do indivíduo.

O objetivo desse módulo é, portanto, conversar sobre o que se concebe o processo de elaboração de um projeto político-pedagógico, como ele pode ser construído de forma participativa, apresentar algumas sugestões para sua elaboração e refletir sobre as condições necessárias para sua implementação.

Bom trabalho!

¹ João Cabral de Melo Neto (1920), poeta brasileiro, nasceu em Recife. Sua poesia expressa o interesse pelas coisas do Brasil, como meio de apreender e transformar a realidade. Suas imagens se despojam do sentimental e do pitoresco, para dar uma idéia clara dos objetos que circundam o ser humano moderno, atual. A influência da poesia ibérica medieval aparece nos versos breves como os de *Morte e Vida Severina*, auto de natal pernambucano, um de seus trabalhos mais conhecidos. Em obras posteriores, leva ao extremo a intenção de despojar o poema de elementos supérfluos e deslizes sentimentais. Entre suas obras destacam-se: *Pedra do sono* (1942), *Quaderna* (1960), *Poesias Completas* (1968), *A escola das facas* (1980), *Agrestes* (1985), *Auto do Frade* (1986) e *Crime na rua Relator* (1987).

LEIA

Qual o significado e a importância do projeto político-pedagógico para a escola?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, concedeu à escola **progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira** (Cf. Módulo 1). O que isso significa? Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Pensar no processo de construção de um projeto político-pedagógico² requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância. Vamos verificar como a LDBEN ressalta a importância desse instrumento em vários de seus artigos:

- No artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o “artigo da escola” a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de **elaborar e executar sua proposta pedagógica**.
- O artigo 12, inciso VII define como **incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica**.
- No artigo 13, chamado o “artigo dos professores”, aparecem como incumbências desse segmento, entre outras, as de **participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino** (Inciso I) e **elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino** (Inciso II).
- No artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é **a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola**.

É bom lembrar que, pela primeira vez no Brasil, há uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que detalha aspectos pedagógicos da organização escolar, o que mostra bem o valor atribuído a essa questão pela atual legislação educacional.

Dessa forma, essa é uma exigência legal que precisa ser transformada em realidade por todas as escolas do país. Entretanto, não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, de garantir um momento privilegiado de

² Segundo o dicionário Aurélio, a expressão **projeto** vem do latim *projectu*, “*Lançado para diante. Idéia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro: plano, intento, desígnio. Empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema*”. (Ferreira, 2003). Quando nos referimos ao termo **político**, é porque entendemos que toda ação pedagógica é, também, uma ação política, não no sentido de uma doutrina ou partido, mas no sentido da busca do bem comum e coletivo. Segundo Vasconcellos (2002:169), projeto político-pedagógico é “a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.”

construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, é importante evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida.

Um projeto político-pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores. Mas o que é mesmo projeto político-pedagógico?

Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Na verdade, o projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua (re) criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração.

Assim, o projeto orienta a prática de produzir uma realidade. Para isso, é preciso primeiro conhecer essa realidade. Em seguida reflete-se sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada. É imprescindível que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educandos. Em síntese, suas finalidades são:

- Estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e do sistema ou rede ao qual ela pertence.
- Reconhecer e expressar a identidade da escola de acordo com sua realidade, características próprias e necessidades locais.
- Definir coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo.
- Possibilitar ao coletivo escolar a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais.
- Estimular o sentido de responsabilidade e de comprometimento da escola na direção do seu próprio crescimento.
- Definir o conteúdo do trabalho escolar, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os princípios orientadores da Secretaria de Educação, a realidade da escola e as características do cidadão que se quer formar.
- Dar unidade ao processo de ensino, integrando as ações desenvolvidas seja na sala de aula ou na escola como um todo, seja em suas relações com a comunidade.
- Estabelecer princípios orientadores do trabalho do coletivo da escola.
- Criar parâmetros de acompanhamento e de avaliação do trabalho escolar.
- Definir, de forma racional, os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta.

A partir dessas finalidades, é preciso destacar que o projeto político-pedagógico extrapola a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários à sua implementação e as formas de gerenciamento. Em suma: **construir o projeto político-pedagógico significa enfrentar o desafio da transformação global da escola**, tanto na dimensão pedagógica, administrativa, como na sua dimensão política.



Agora, reflita: em que medida essa concepção de projeto político-pedagógico está presente na prática de sua escola?

PENSE

Que processos envolvem a elaboração de um projeto político-pedagógico?

Para que as finalidades do projeto político-pedagógico sejam alcançadas, alguns processos precisam ser desenvolvidos. Em vários momentos, esses processos se entrecruzam e são dependentes uns dos outros, como se verá a seguir. Antes, é necessário que fique claro que não há uma única forma de se construir um projeto, devido às singularidades de cada unidade escolar.

O processo de participação

A importância da participação vem sendo ressaltada por todos que defendem uma gestão democrática. No entanto, embora nenhum segmento tenha uma importância menor que a do outro nesse trabalho coletivo, é importante definir, com clareza, as responsabilidades que cada um deve assumir, considerando a existência de funções e níveis hierárquicos diferenciados dentro da escola. Ou seja, todos devem ter o seu espaço de participação, mas não se deve confundir o espaço das atribuições, ultrapassando os limites de competência de cada um:

- *Direção, professores e profissionais de suporte pedagógico* são os responsáveis diretos pela mobilização da escola e da comunidade para a construção da proposta. Além disso, cabe-lhes a tomada de decisões sobre conteúdos, métodos de ensino e carga horária das disciplinas do currículo.
- Os *alunos* são fontes de informação das suas necessidades de aprendizagem, que se vão constituir no núcleo das preocupações da escola. São eles, de fato, o alvo de todo esse esforço.
- O trabalho dos *funcionários*, por se realizar em uma escola, tem uma dimensão pedagógica que é muito pouco reconhecida, até por eles próprios. As relações que eles estabelecem com os alunos e com os pais poderiam ser exploradas na direção da formação da cidadania.
- Os *pais e a comunidade* devem participar efetivamente das decisões sobre o orçamento e a utilização dos recursos financeiros que a escola recebe. Além disso, os pais³ devem participar das discussões sobre as características do cidadão que se quer

³ Essa participação pode propiciar aos pais uma melhor compreensão do trabalho escolar e fornecer subsídios para que eles acompanhem e estimulem seus filhos na consecução das tarefas escolares. Por outro lado, essa participação traz, para o interior da escola, de forma mais explícita, as questões partidárias e grupais que existem na comunidade. Aqui a negociação é fundamental. O desafio é aprender a viver em democracia. O Conselho Escolar é o canal institucional da participação dos pais. Entretanto, é preciso construir parcerias com o maior número possível de pais e de lideranças da comunidade, ultrapassando, assim, o formalmente estabelecido. Ainda que as famílias usuárias da escola pública tenham pouca formação escolar, é preciso acreditar que elas podem influir significativamente nas escolas.

formar, sobre o uso do espaço e do tempo escolar e sobre as formas de organização do ensino que a escola deve adotar.

O processo de mobilização

Para que o projeto político-pedagógico seja, de fato, um instrumento de melhoria de qualidade da escola, ele precisa ser construído coletivamente, com responsabilidade e compromisso, a partir de um processo contínuo de mobilização que envolve elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e reelaboração.

Uma das mais importantes tarefas da equipe gestora é encontrar pontos de partida para atingir um nível esperado de mobilização, pois, durante o processo, muitas lideranças vão emergir, provocando novas adesões. O papel do *Conselho Escolar* nesse trabalho de mobilização⁴ é fundamental, já que ele congrega os representantes dos diversos segmentos da escola. No entanto, é sempre desejável que a participação da comunidade seja ampliada com a presença de outras pessoas, além daquelas que já fazem parte do Conselho.

Essa mobilização é indispensável, sob pena de não se conseguir construir a proposta de uma forma democrática, legitimada por aqueles que fazem da escola um espaço vivo e atuante.

O processo de negociação

É preciso compreender que, nas sociedades humanas, nenhum processo se faz de forma linear e harmônica e, portanto, a negociação se torna um elemento central na realização de qualquer trabalho que envolva a coletividade. A participação democrática, condição essencial de formação do cidadão, supõe a presença de conflitos. O próprio exercício da participação abre espaço para a emergência desses conflitos. É impossível evitar tais situações, porque elas existem de fato e revelam a variedade de concepções que norteiam as ações pessoais. É necessário, pois, reconhecer a existência de tensões ou conflitos entre as necessidades individuais e os objetivos da instituição e compreender a sua natureza, de modo a capitalizar as divergências em favor de um objetivo maior.

É aqui que entra o papel da negociação. Saber negociar significa dar lugar ao debate, à expressão das várias necessidades e das diferenças, produzindo um ambiente do qual resulte a assunção coletiva dos conflitos e dos problemas, a cooperação voluntária no trabalho em equipe, a repartição mais igualitária do poder e dos recursos.

Assim, a autonomia da escola não é, isoladamente, a autonomia dos gestores ou a dos professores ou a dos alunos ou a dos pais. Ela é resultante da confluência de várias formas de pensamento e de interesses diversos que é preciso saber gerir, integrar e negociar. O projeto político-pedagógico, portanto, vai significar uma síntese desses diversos interesses e tem como propósito dar um sentido coletivo às autonomias individuais.

⁴ Considerando que o concreto da escola é dinâmico, complexo e multi-determinado, esses processos se entrecruzam o tempo todo, de forma que certas atividades realizadas com uma determinada finalidade podem produzir resultados estimuladores de outras atividades. Por exemplo, se a escola se reúne, juntamente com a comunidade, para identificar seus problemas e levantar possíveis soluções, isso pode transformar-se tanto no diagnóstico da situação escolar quanto em um processo de mobilização e comprometimento de todos na elaboração da proposta. Assim, o próprio processo de diagnóstico pode ser um processo de mobilização, o que mostra que as atividades não são estanques, mas estão interligadas e são interdependentes.



Pense bem: como andam os processos de participação, mobilização e negociação na sua escola?

REFLITA

Que cidadão se quer formar?

Tanto a mobilização como a participação e a negociação não ocorrem no vazio. A proposta pedagógica tem um conteúdo que vai sendo construído por meio desses processos. Dentre esses conteúdos, está a *definição do cidadão que se quer formar*.

Que características devem ter o cidadão⁵ para viver no mundo contemporâneo? A escola tem espaço para definir essas características? Afinal, que espaço tem a escola nessa definição?

A despeito de se considerar que competências, conhecimentos, habilidades e valores são básicos para a vida do cidadão em qualquer lugar do mundo, é também reconhecida, hoje, a necessidade da preservação e do desenvolvimento de aspectos que constituem a especificidade das diversas culturas. Isso significa dizer que o espaço da escola é o da formação de cidadãos capazes de enfrentar os novos desafios do mundo contemporâneo, mas que tenham consciência de suas raízes históricas, conhecimento da produção cultural de seu povo, de forma a afirmar a sua identidade. É o espaço do ensino competente que, sem negar as tradições e, até mesmo, tomando-as como base, prepare seus alunos para a plena participação na vida econômica, sociopolítica e cultural do país.

Para que isso se torne possível, recomenda-se:

- Que o coletivo da escola tome essas questões como foco de discussão, passando a entender, com maior clareza, tanto a concepção de cidadão posta nos documentos oficiais que definem e orientam a educação brasileira, quanto à dimensão do papel que a escola tem na sua formação.
- Que a escola desenvolva mecanismos de conhecimento de quem são seus alunos, quais as suas condições de vida, as suas aspirações, as expectativas da família e da comunidade.
- Que sejam realizados levantamentos e estudos das manifestações culturais locais (religiosas, folclóricas, esportivas, artísticas) que, incorporadas ao currículo, estabeleçam elos significativos com o conhecimento escolar formal, fazendo emergir a identidade de cada grupo ou comunidade que participa da escola.
- Que, a partir das questões anteriores, sejam levantadas aquelas características e competências, além das propriamente escolares, necessárias ao exercício da cidadania, na área de atuação da escola.

⁵ Cidadania é a qualidade do indivíduo no gozo dos direitos civis, políticos e sociais previstos em lei, o que o faz devedor do cumprimento de deveres determinados legalmente. Essa é uma configuração legal, pois diferenças de gênero, étnicas e religiosas reproduzem desigualdades sociais, apesar do que determinam as leis.



Imagine: como você vê o futuro dos alunos da sua escola daqui a dez, vinte anos?

PENSE

Como construir a identidade da escola no seu projeto político-pedagógico?

Toda escola deve ter uma alma, uma identidade, uma qualidade que a faz ser única para todos que nela passam uma parte de suas vidas... Esse vínculo cognitivo e afetivo deve ser construído a partir das vivências propiciadas a toda a comunidade escolar. E essa preocupação deve estar presente na elaboração do projeto político pedagógico, o qual deve contribuir para criar ou fortalecer a identidade da escola. Quanto a esse aspecto, a comunidade escolar deve levantar as características atuais da escola, suas limitações e possibilidades, os seus elementos identificadores, a imagem que se quer construir quanto a seu papel na comunidade em que está inserida. Esse levantamento dos traços identificadores da escola constitui um *diagnóstico* que servirá de base para a definição dos objetivos a perseguir, dos conteúdos que devem ser trabalhados, das formas de organização do seu ensino. Algumas questões podem conduzir à realização desse diagnóstico:

- Onde está localizada a escola: na zona rural (fazenda, povoado, engenho, assentamento, agrovila, agro-indústria) ou na zona urbana (periferia, centro, condomínio)?
- Quais os principais problemas dessa comunidade?
- Que formas a escola tem de inserção na comunidade?
- Como o seu espaço é utilizado pela comunidade?
- Que limitações ou possibilidades a escola percebe nas suas relações com a comunidade?
- Quem é o aluno que frequenta a escola?
- Há alunos em idade escolar fora da escola na comunidade?
- Existem alunos com jornada formal de trabalho?
- Como se vêm dando o desempenho escolar dos alunos nos últimos dois anos?
- Quais são os índices de aprovação, reprovação e evasão apresentados pela escola?
- Qual a relação entre a idade dos alunos e a série que frequentam?
- Quem são os profissionais que atuam na escola?
- O número de professores é suficiente para atender os alunos?
- Qual a qualificação dos professores?
- A escola tem funcionários em número suficiente?
- Há agentes de apoio pedagógico?
- Quais são as condições físicas e materiais da escola?
- Quais as condições de uso das dependências escolares?
- Como vem sendo utilizado o tempo pedagógico?
- Quantas turmas ela atende?
- Como são organizadas as classes?
- Como está organizado o espaço da escola?

- Ele vem se constituindo em espaço de formação da cidadania?

Essas e outras questões, a depender do momento e do contexto, poderão ser utilizadas tanto para identificar quanto para avaliar os avanços alcançados pela escola na construção de sua identidade e contemplar essa questão no seu projeto político-pedagógico.

Aqui, vale ressaltar um dos grandes problemas que se vive, hoje, no Brasil: a dificuldade de dispor de dados confiáveis que retratem o mais fielmente possível a realidade da educação, sobretudo da educação básica, e que possam servir de apoio a um planejamento exequível. Assim, é necessário que as escolas sejam cuidadosas no levantamento de seus dados, de forma que eles possam de fato indicar como está o seu funcionamento não só para o Censo, como para seu próprio uso, no acompanhamento do seu próprio desempenho.⁶



Agora, um desafio: você conhece bem todas as características identitárias de sua escola?

LEIA

Como se constitui um currículo escolar?

Sabe-se que o currículo escolar é um dos pontos mais difíceis a serem enfrentados pela escola. Duas questões podem ser inicialmente levantadas em relação a esse aspecto:

- Quem define o que e como a escola deve ensinar? Tradicionalmente, as escolas públicas têm a sua prática pedagógica determinada ou por orientações oriundas das secretarias de educação ou pelos próprios livros didáticos. Isso resulta, na maioria das vezes, em uma prática curricular muito pobre, que não leva em conta nem a experiência trazida pelo próprio professor, nem a trazida pelo aluno, ou mesmo às características da comunidade em que a escola está inserida. Por outro lado, isso restringe a autonomia intelectual do professor e o exercício da sua criatividade. E pior: *não permite que a escola construa sua identidade.*
- Relacionada a isso, existe uma *concepção restrita* de currículo, próxima do conceito de *programa* ou, pior ainda, de uma simples *grade curricular*, ou de mera *listagem dos conteúdos* que devem ser tratados. Daí porque muitos professores se orientam apenas pelos sumários ou índices dos livros didáticos. O currículo, entretanto, abrange tudo o que ocorre na escola, as atividades programadas e desenvolvidas sob a sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos conteúdos escolares

⁶ Por exemplo, se os quadros de resultados finais por classe não forem preenchidos de forma clara e confiável, haverá grande dificuldade no cálculo dos indicadores básicos já citados e, também, a escola não poderá estabelecer, na sua proposta, metas a serem alcançadas a partir de indicadores corretos. São esses indicadores que darão as referências sobre o ponto em que a escola está e para onde ela quer e pode ir. Além disso, é muito importante considerar que os dados do Censo Escolar são utilizados na determinação dos coeficientes para distribuição dos recursos do FUNDEF bem como para implementação de programas de apoio ao ensino fundamental público como Dinheiro na Escola, Livro Didático e Merenda Escolar.

pelos alunos, na própria escola ou fora dela, e isso precisa ser muito bem pensado na hora de elaborar um projeto político-pedagógico.

Assim sendo, é indispensável que a escola se reúna para discutir a concepção atual de currículo expressa tanto na LDBEN quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os diferentes níveis de ensino e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). A legislação educacional brasileira, quanto à composição curricular, contempla dois eixos:

- Uma **Base Nacional Comum**, com a qual se garante uma unidade nacional, para que todos os alunos possam ter acesso aos conhecimentos mínimos necessários ao exercício da vida cidadã. A Base Nacional Comum é, portanto, uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais e é definida pela União.
- Uma **Parte Diversificada** do currículo, também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares, identificados na realidade regional e local, que devem ser escolhidos em cada sistema ou rede de ensino e em cada escola. Assim, a escola tem **autonomia** para incluir temas de seu interesse.⁷

É através da construção da proposta pedagógica da escola que a *Base Nacional Comum* e a *Parte Diversificada* se integram. A composição curricular deve buscar a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura, as linguagens) com as áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa).

Há várias formas de composição curricular, mas os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os modelos dominantes na escola brasileira, **multidisciplinar** e **pluridisciplinar**, marcados por uma forte fragmentação, devem ser substituídos, na medida do possível, por uma perspectiva **interdisciplinar** e **transdisciplinar**. O que isso significa?

Interdisciplinaridade significa a interdependência, interação e comunicação entre campos do saber, ou disciplinas, o que possibilita a integração do conhecimento em áreas significativas.

Transdisciplinaridade é a coordenação do conhecimento em um sistema lógico, que permite o livre trânsito de um campo de saber para outro, ultrapassando a concepção de disciplina e enfatizando o desenvolvimento de todas as nuances e aspectos do comportamento humano.

Com base nessas formas de composição curricular, é que os Parâmetros Curriculares Nacionais introduzem os **temas transversais** que, tomando a cidadania como eixo básico, vão tratar de questões que ultrapassam as áreas convencionais, mas permeiam a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas dessas áreas. Essa **transversalidade** supõe uma **transdisciplinaridade**, o que vai permitir tratar uma única questão a partir de uma perspectiva plural. Isso exige o comprometimento de toda a comunidade escolar com o trabalho em torno dos grandes temas⁸ definidos pelos

⁷ Um exemplo de conteúdo da parte diversificada é o escolhido por uma escola do semi-árido baiano: estratégias para a convivência com a seca.

⁸ Esses temas, que têm um caráter universal, devem ser trazidos para o contexto local de forma que o aluno aprenda da realidade e na realidade. Para atingir aquilo a que se propõe, até como decorrência da própria lei, a escola precisa ensinar a criança a estabelecer relações entre a sua experiência cotidiana e os conteúdos escolares, em torno dos

Parâmetros Curriculares Nacionais, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, os quais podem ser particularizados ou especificados a partir do contexto da escola.

Como essas determinações formais do currículo vão se manifestar na escola? A sua concretização, no espaço dinâmico que é o da escola, vai produzir, simultaneamente, diferentes formas de expressão do currículo. Ao lado do currículo formal⁹, determinado legalmente e colocado nas diretrizes curriculares, nas propostas pedagógicas e nos planos de trabalho, há um currículo em ação, considerado o currículo real¹⁰, que é aquilo que de fato acontece na escola, e o currículo oculto¹¹, que é aquilo que não está formalmente explicitado, mas que permeia, o tempo todo, as atividades escolares.

Essas expressões do currículo vão constituir o conjunto das aprendizagens realizadas pelos alunos, e o reconhecimento dessa trama, presente na vida escolar, vai dar à equipe da escola melhores condições para identificar as áreas problemáticas¹² da sua prática pedagógica.

Assim, no processo de elaboração da proposta pedagógica – ao definir o que ensinar, para que ensinar, como ensinar –, a equipe gestora e a comunidade escolar devem estudar a legislação educacional, bem como a documentação oficial da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual e ou Municipal de Educação, produzida com o objetivo de orientar a implantação desses dispositivos legais no que se refere ao *currículo*. A partir daí, torna-se necessário identificar que ações precisam ser planejadas e realizadas pela escola para colocar em prática um currículo que contemple os objetivos da educação básica.

A direção da escola, ou a equipe gestora como um todo, tem, nesse contexto, um papel fundamental. Além de liderar a construção permanente da proposta pedagógica, deve estar todo o tempo viabilizando as condições para sua execução, e uma delas é a

quais todos trabalharão, ampliando, assim, o seu universo de referência. A escola deve, acima de tudo, fornecer as condições para que seus alunos participem da formulação e reformulação de conceitos e valores, tendo em vista que o ato de conhecer implica incorporação, produção e transformação do conhecimento, para o exercício de uma cidadania responsável.

⁹ O *currículo formal* é entendido como o conjunto de prescrições oriundas das diretrizes curriculares, produzidas tanto no âmbito nacional quanto nas secretarias e na própria escola e indicado nos documentos oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

¹⁰ O *currículo real* é a transposição pragmática do currículo formal, é a interpretação que professores e alunos constroem, conjuntamente, no exercício cotidiano de enfrentamento das dificuldades, sejam conceituais, materiais, de relação entre professor e alunos e entre os alunos. São as sínteses construídas por professores e alunos, a partir dos elementos do currículo formal e das experiências pessoais de cada um.

¹¹ O *currículo oculto* é aquele que escapa das prescrições, sejam elas originárias do currículo formal ou do real. Diz respeito àquelas aprendizagens que fogem ao controle da própria escola e do professor e passam quase despercebidas, mas que têm uma força formadora muito intensa. São as relações de poder entre grupos diferenciados dentro da escola que produzem aceitação ou rejeição de certos comportamentos, em prejuízo de outros, são os comportamentos de discriminação dissimulada das diferenças e, até mesmo, a existência de uma profecia *auto-realizadora* dos professores que classifica, de antemão, certos alunos como bons e outros como maus. O currículo oculto também vai se manifestar, entre outras formas, na maneira como os funcionários tratam os alunos e seus pais, no modo de organização das salas de aula, no tipo de cartaz pendurado nas paredes, nas condições de higiene e conservação dos sanitários, no próprio espaço físico da escola.

¹² Diante disso, há algumas questões básicas que toda a escola deveria analisar: Que mensagens não explícitas a escola vem passando para seus alunos? Que conteúdos vêm privilegiando? Que currículo está sendo construído – o que enfatiza o sucesso escolar, ou o que, implicitamente, se conforma com o fracasso?

formação contínua de seus professores para que eles possam desenvolver, com competência, o currículo expresso na proposta pedagógica.



Sobre tudo o que foi dito neste segmento de módulo, pense: como o currículo é compreendido pelos educadores que constituem o coletivo da sua escola?

PENSE

Como definir a orientação didática no projeto político-pedagógico?

A função primordial da escola é possibilitar a seus alunos o acesso ao *conhecimento escolar*. Para isso, o conhecimento disponível é esquematizado, reestruturado, segmentado, simplificado, reconstruído, como meio de promover a sua apreensão pelos alunos. O trabalho escolar, portanto, é uma **transposição didática do conhecimento formal em conhecimento escolar**.¹³

Assim, o professor é, de fato, um *mediador* na interação dos alunos com os objetos de conhecimento. A orientação didática que assume e os métodos que utiliza têm, pois, como finalidade, estimular a compreensão, generalização, transposição e aplicação de conceitos em situações diversas, de modo a permitir a solução de problemas, o levantamento de questões, a avaliação dos resultados de suas ações e a reconstrução do conhecimento em outros níveis – ou seja, promover a aprendizagem.¹⁴

Contudo, não é isso o que vem ocorrendo na escola básica no Brasil. A má qualidade de formação do professor brasileiro¹⁵ não lhe fornece as condições para o exercício pleno do seu ofício, que é o de promover a aprendizagem dos seus alunos. Estudos realizados recentemente no Brasil sobre o cotidiano da sala de aula mostram, além da própria pobreza material e física das salas, o predomínio de **práticas educativas rotineiras, repetitivas, centradas no professor** e que utilizam a escrita pelo aluno (deveres de casa, cópia, exercícios escritos no caderno etc.) mais como um mecanismo de controle da disciplina do que como instrumento de efetiva aprendizagem. A própria *organização da sala de aula*, com a disposição das carteiras escolares em fileiras, revela a opção metodológica predominante entre os professores. A *ausência de material didático* rico e diversificado e a *falta de conhecimento aprofundado dos conteúdos que ensina* levam o

¹³ Pode-se, portanto, pensar o conhecimento escolar como uma transposição prática do currículo formal que, por sua vez, inclui uma transposição didática, *entendida como o acabamento, a transformação a que se sujeitam os saberes, as práticas sociais ou, mais globalmente, a cultura, para poder ensiná-las e avaliá-las na aula*. (PERRENOUD, Philippe. Op. Cit. p. 21.)

¹⁴ Além de favorecer aquelas aprendizagens consideradas tradicionalmente escolares, a escola deve organizar, seja no interior da sala de aula, seja fora dela, situações, tarefas, atividades, que facilitem a vida em comum, que ajudem os alunos a criar um sentido de ordem, de uso significativo do tempo e do espaço, a desenvolver um espírito de cooperação e de solidariedade e um sentimento de pertencimento aos seus grupos de convivência.

¹⁵ Por outro lado, aos professores só chegam os bafejos das concepções contemporâneas de educação, seja nos cursos de formação inicial, seja nos de formação continuada. Seus depoimentos a respeito desses últimos cursos indicam, inclusive, que eles percebem a necessidade de abandonar as formas tradicionais, mas o tempo do curso não é suficiente para o aprofundamento das novas idéias e sua conseqüente transposição para a prática na sala de aula. Aqui, vale ressaltar a importância de um bom acompanhamento do trabalho do professor e sua formação continuada, através de grupos dirigidos de estudo, no âmbito da própria escola.

professor, na maioria das vezes, a recorrer a práticas tradicionais e a banalizar a importância das atividades e das rotinas escolares.

Diante disso, é preciso que a equipe gestora, junto com a equipe escolar, discuta as opções didáticas¹⁶ a serem assumidas, promovendo os meios para que sejam postas em prática. Para isso, há, hoje, um conjunto de *princípios educativos*¹⁷ que vêm orientando as práticas pedagógicas contemporâneas. Veja alguns desses princípios:

- Considerar o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem.
- Reconhecer que o conhecimento é construído, progressivamente, através da atividade própria do aluno e também através das interações sociais, isto é, de aluno para aluno e entre o professor e os alunos.
- Superar a fragmentação do saber dividido em disciplinas, enfatizando a interdisciplinaridade dos conhecimentos e a construção integrada de saberes, competências e valores que perpassam, de forma transdisciplinar, o conjunto do saber-fazer escolar.
- Tomar as experiências e vivências do cotidiano do aluno como ponto de partida para as novas aprendizagens escolares.
- Organizar o trabalho escolar em torno de atividades que proporcionem o prazer de conhecer, o desejo de descobrir e de fazer e que estimulem o aprender a aprender.
- Respeitar a diversidade dos alunos, como pessoas e como membros de um determinado grupo étnico-cultural e socioeconômico.
- Estimular o desenvolvimento da autonomia do aluno, da sua participação na construção da vida escolar, através do incentivo ao trabalho em grupo e à aprendizagem cooperativa.

Como esses princípios podem ser concretizados na prática? Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental destacam algumas formas de concretização desses princípios. São eles:

A **autonomia** pode-se concretizar no trabalho em sala de aula, através de atividades que permitam ao aluno *posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar da gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos*, entre outros aspectos.

O **respeito à diversidade** tem a ver com o direito de todos os alunos realizarem as atividades fundamentais para o seu desenvolvimento e socialização. Sua concretização em sala de aula significa *levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, suas características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual, dando-se especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a auto-estima*.

O **trabalho diversificado** consiste no uso de diferentes exercícios, atividades, tarefas por grupos de alunos ou pequenos projetos, que vão permitindo a inserção de todos no trabalho escolar, independentemente dos diferentes níveis de conhecimento e experiência presentes entre os alunos de uma mesma classe. O *princípio* que deve

¹⁶ Isso não se faz apenas com seminários pontuais ou com a realização das convencionais semanas pedagógicas promovidas no início de cada ano letivo. Demanda tempo, persistência, estudo e dedicação. Demanda, sobretudo, condições de trabalho, que as equipes gestoras devem continuamente buscar, para que o professor possa se dedicar ao seu verdadeiro ofício: promover a aprendizagem dos seus alunos.

¹⁷ Segundo Perrenaud, quando a escola não reconhece a diversidade presente na sala de aula, quando pratica a indiferença pelas diferenças, ela transforma essas desigualdades de ordem extra-escolar em desigualdades de aprendizagem, logo, em sucessos e insucessos. (PERRENOUD, Philippe. op. cit. p. 34.)

orientar essa opção é o de que *todos os alunos são capazes de aprender, cada um no seu ritmo próprio e a partir de pontos diferentes, desde que lhe sejam dadas às condições para que isso ocorra.*

A **interação e a cooperação** são princípios subjacentes à aprendizagem dos conteúdos escolares e à aprendizagem de *formas de convivência escolar e social*¹⁸. Para sua concretização, a escola e os professores devem criar situações em que os alunos *possam aprender a dialogar, a ouvir o outro e ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa conjunta.*

A **seleção de material** deve ser variada e cuidadosa. *Todo material é fonte de informação, mas nenhum deve ser utilizado com exclusividade.* A escolha do livro didático pelo professor deve ser criteriosa e estar vinculada com as suas opções metodológicas. Além dos livros didáticos dos alunos e dos livros de literatura infanto-juvenil¹⁹, o professor deve recorrer a *materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, etc., que fazem o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta.*

Não se pode perder de vista que as escolas devem ter autonomia para desenvolver o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, conforme expresso no art. 3º, inciso III da LDBEN, quando se refere aos princípios e fins da educação nacional. Isso deixa para a escola um espaço de criatividade, iniciativa e experimentação que pode ser desenvolvido durante a construção, implementação, acompanhamento e avaliação de sua proposta pedagógica.



Releia os princípios apresentados neste segmento de módulo e pense com os seus botões: o que impede um grande número de professores de adotar esses princípios na sua prática pedagógica?

ANALISE

Como definir formas de organização do ensino no projeto político pedagógico?

Da análise dos artigos da nova LDBEN que tratam da organização da educação nacional, podem-se extrair os princípios que orientam a *organização do ensino*. A autonomia, princípio maior que perpassa toda a LDBEN, vai permitir que tanto os sistemas de ensino quanto suas escolas desenvolvam formas variadas de organização.

Assim, a organização do ensino deve estar pautada nas diretrizes nacionais emanadas

¹⁸ Para que esse aprendizado ocorra de fato, é preciso que o professor esteja comprometido com esses princípios e tenha disponibilidade para aceitar contribuições dos alunos (respeitando-as, mesmo quando apresentadas de forma confusa ou incorreta) e para favorecer o respeito, por parte do grupo, assegurando a participação de todos os alunos.

¹⁹ A equipe gestora deve estar atenta a dois programas importantes do Governo Federal, referentes às políticas públicas dirigidas à escola: o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e o PNBE – Programa Nacional de Biblioteca Escolar.

da LDBEN e do Conselho Nacional de Educação e de acordo com as diretrizes locais que podem ser oriundas do Conselho Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Educação, ou do Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação (se o sistema municipal já estiver constituído). No entanto, é importante destacar o *poder de decisão da escola*²⁰ e o espaço que a ela deve ser assegurado.

Que aspectos que devem, pois, constar da organização escolar?

- **A opção por uma ou mais formas de organização do ensino.** (série, ciclo²¹, alternância etc). Para realizar essa opção, é preciso que a escola considere: seus elementos identificadores (clientela, localização, dimensão, professorado etc.), as características do cidadão que quer formar, os conteúdos curriculares, a orientação didática assumida, as condições de infra-estrutura da escola, os recursos disponíveis. Vale lembrar que está em curso a implantação gradual do ensino fundamental de nove anos, e as escolas devem se preparar para ajustar o seu projeto político pedagógico a essa nova realidade.²²
- Analisar a necessidade de a escola constituir ou não **classes de aceleração** da aprendizagem, em caráter emergencial, para alunos com atraso escolar, com o propósito de eliminar gradualmente, as distorções entre idade e série. Ao mesmo tempo, desenvolvimento de esforços para melhoria das classes regulares, evitando-se a continuidade dessa distorção, para regularizar o fluxo escolar.
- **Estruturação do seu sistema de recuperação.** Aqui vale chamar a atenção para o fato de que, de um modo geral, as escolas usam o recurso da recuperação apenas entre períodos letivos regulares. As concepções de aprendizagem e de avaliação, implícitas na nova LDBEN, colocam a obrigatoriedade dos estudos de recuperação²³, de preferência paralelos ao período letivo, o que deve constituir procedimento usual

²⁰ Os artigos 22 a 28 e, ainda, os artigos 32 a 34 tratam das possíveis formas de organização, com grande flexibilidade, permitindo às escolas se organizarem a partir de decisões tomadas com base na análise dos elementos que as identificam. Assim, segundo o artigo 23, é possível ter escolas organizadas em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. O Parecer nº 05/97 do Conselho Nacional de Educação, ao comentar esse artigo, mostra a abertura que foi dada às instituições de ensino para se organizarem, delegando-se uma nova autoridade à escola, contanto que sejam respeitadas as normas curriculares e outros dispositivos legais. O mesmo parecer recomenda que o tipo de organização assumida pela escola deve constar, fundamentalmente, de Seu projeto político-pedagógico e ser explicitada nos respectivos regimentos. Isso implica certa despadronização da escola e uma possibilidade de exercício de sua autonomia.

²¹ Dentre as formas possíveis de organização sugeridas na Lei, os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam a organização da escola em ciclos, principalmente nas quatro séries iniciais, entre outras razões, pelo reconhecimento de que tal proposta permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo em que essa recomendação é feita, chama-se a atenção para a necessidade de destinar espaço e tempo à realização de reunião de professores para discutir os diferentes aspectos do processo educacional.

²² Esse assunto será tratado no módulo 6. Há farto material disponível sobre ensino fundamental de nove anos no site do MEC: <http://portal.mec.gov.br/>

²³ Segundo o Parecer CEB/CNE Nº 05/97, a recuperação paralela aperfeiçoa o processo pedagógico, uma vez que estimula as correções de curso, enquanto o ano letivo se desenvolve, do que pode resultar apreciável melhoria na progressão dos alunos com dificuldades que se projetam nos passos seguintes. Esse mecanismo, associado a uma melhoria do trabalho nas classes regulares, vai possibilitar a superação das distorções entre idade e série provocadas por reprovação e repetência escolar.

dentro da sua organização e meta a ser perseguida na sua proposta pedagógica.

- **Distribuição do tempo escolar.** O tempo é uma dimensão significativa da experiência escolar, pois revela sua estruturação específica e a valorização diferenciada das atividades pedagógicas. Há várias questões sobre o tempo escolar, algumas definidas na legislação e outras a serem definidas pela própria unidade escolar:
 - a) Definição do *calendário escolar*, considerando-se as peculiaridades locais, sem redução do número de horas letivas definidas na lei. Um tratamento específico deverá ser dado para a escola rural, que poderá ter um calendário escolar adequado às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
 - b) *Distribuição da carga horária entre os componentes curriculares*, a partir de uma visão pedagógica e não administrativa.
 - c) Estabelecimento de mecanismos de preservação do *tempo de permanência do aluno em contato direto com atividades escolares*, cumprindo o disposto na LDBEN, art. 34, segundo o qual a jornada escolar, no ensino fundamental, incluirá, pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. Assim, a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo para os exames finais.
 - d) Instituição de *tempo para a realização de atividades de estudo, preparação, acompanhamento e avaliação do trabalho escolar*, dentro da jornada de trabalho do professor.
- **Sistematização dos procedimentos de registros escolares** de frequência e de avaliação dos rendimentos, de emissão de diplomas e de certificados.
- **Organização de um sistema confiável de coleta e sistematização dos dados** sobre o desempenho escolar (aprovação, reprovação, repetência, evasão, relação entre idade e série dos alunos), que permitam à escola avaliar os resultados obtidos pelas formas de organização adotadas.

Por tudo que foi aqui discutido, percebe-se, claramente, a necessidade de se reservar um tempo de reflexão, a partir de análises concretas das condições da escola, para tomar decisões responsáveis e fundamentadas sobre as formas de organização que a escola pode assumir.



Só para pensar: o que você acha da distribuição por ciclos e da distribuição por séries, na organização do trabalho escolar?

PENSE

Como definir parâmetros de avaliação no projeto político-pedagógico?

Precisamos refletir sobre a seguinte questão: *Qual é o conceito de avaliação expresso na LDBEN?*

A LDBEN, no seu art. 24, inciso V, considera o processo de construção do conhecimento contínuo e progressivo, devendo a avaliação a ele se adequar. A aprendizagem, nesse sentido, comporta elementos de ordem subjetiva e objetiva e, portanto, deve privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Assegura que a escola deve reconhecer e aproveitar o saber que o aluno traz, construído fora dela ou em outras experiências escolares, que deve ser reconhecido e aproveitado. Admite que o aluno pode avançar nas aprendizagens dos conteúdos próprios de uma determinada série e, por isso, ser promovido à série seguinte, antes mesmo da conclusão do ano letivo, bem como a classificação e a reclassificação.²⁴ Finalmente, assegura ao aluno em atraso escolar tanto a possibilidade de aceleração de estudos quanto a oportunidade de recuperação, preferencialmente paralela ao período letivo.

Que sentido deve ter, então, a avaliação escolar, numa unidade de ensino?

Sua função central é a de *obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada aluno*, de modo a permitir ao professor planejar e replanejar o processo de ensino-aprendizagem. Como tal, deve ser instrumento de estímulo e promoção da aprendizagem, cabendo ao professor *interpretar qualitativamente o conhecimento construído pelo aluno*, considerando que esse conhecimento abrange as áreas cognitiva, afetiva e social.

Como ultrapassar as práticas existentes hoje nas escolas e construir novas formas de avaliação que venham a atender o que prescreve a nova legislação e ao atual estágio de conhecimento crítico sobre essa temática?

É isso que deve ser discutido pela escola durante a elaboração de sua proposta pedagógica. Para tanto, é preciso estudar a legislação, no que se refere à temática, analisar experiências de avaliação que estão sendo encaminhadas por outras escolas e definir, com clareza, os objetivos, os critérios e os instrumento de avaliação, seja essa a avaliação dos resultados escolares, seja a auto-avaliação da escola. Tanto a concepção de avaliação, os princípios que a orientam e as formas e critérios de avaliação deverão constar no regimento escolar.



Relembre sua experiência: você já participou da elaboração de parâmetros de avaliação para alguma escola?

ANALISE

Qual a estrutura de um projeto político-pedagógico?

A proposta pedagógica de uma escola – elaborada a partir do processo participativo de discussão dos temas anteriormente apresentados – precisa ser consolidada num texto,

²⁴ Ao lado da classificação por promoção e por transferência, tradicionalmente exercitadas na escola, foi incorporado o novo instituto legal da reclassificação, mecanismo que vai dar condições à escola para receber alunos de outras instituições com uma organização de ensino diferente. A classificação, independentemente de escolarização anterior, mediante a avaliação feita pela escola, define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permite sua inscrição na série ou etapa adequada; esse instituto deve ser regulamentado pelo respectivo sistema de ensino.

para circulação e análise permanente da sua execução no interior da unidade escolar, bem como para encaminhamento ao órgão central da gestão municipal.

Segundo Vasconcellos (2002), a estrutura básica de um projeto político-pedagógico comporta três grandes elementos: *marco referencial*, *diagnóstico* e *programação*.²⁵

MARCO REFERENCIAL. O marco referencial trabalha com a dimensão da **finalidade**: Como a sociedade se apresenta? Que aspectos precisam ser transformados? O que se espera da escola pública hoje? Que cidadão queremos formar? Com que concepções de educação, de ensino-aprendizagem e de avaliação queremos trabalhar?

DIAGNÓSTICO. O diagnóstico trabalha a dimensão da **realidade**: Que características (sociais, econômicas, culturais) têm a comunidade, a escola e a clientela a que a escola atende? Como se apresenta à realidade da escola hoje? Que características tem a gestão da escola? Como se dá a participação da comunidade na gestão da escola? Que formas de organização escolar são adotadas? Como estão as relações interpessoais no interior da escola? Que características têm o trabalho pedagógico desenvolvido na escola? Como se apresentam os resultados da aprendizagem? Que processos e instrumentos de avaliação são utilizados? O diagnóstico não deve apenas ser descritivo, mas tem de ser também analítico. Deve identificar necessidades de mudanças, ou seja, responder: *o que nos falta para ser o que desejamos?*

PROGRAMAÇÃO. A programação é a dimensão do **projeto**, da mediação, do desejo coletivamente construído: a definição do que vai ser feito e dos meios para a superação dos problemas detectados, em busca da *qualidade* da educação oferecida pela escola. É a proposta de ação. Ou seja: definição do que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a escola é e o que deveria ser. Quanto à periodicidade, a programação ou projeto pode ter abrangência anual, bianual ou outra definida pelo grupo.

Apresentamos a seguir, uma sugestão de estrutura²⁶ do texto de projeto político-pedagógico. Não se trata de um modelo, mas de um roteiro que deverá ser discutido e, se necessário, modificado, em função da realidade da escola.

INTRODUÇÃO

Apresentação do Projeto. Comentários sucintos sobre os objetivos de sua elaboração, circunstâncias em que foi elaborado, idéias centrais, relevância etc.

DIAGNÓSTICO²⁷

Contexto da escola

Ambiente social, cultural e físico: a comunidade em que a escola está inserida - características da população, costumes, lazer, grupos comunitários, lideranças comunitárias, associações, clubes, igrejas, acesso a meios de comunicação etc; localização física da escola - características do bairro, ruas, praças, espaços de lazer,

²⁵ Quanto à distribuição desses elementos, sugere-se que o marco referencial seja definido a partir do diagnóstico da realidade escolar.

²⁶ Esta sugestão foi adaptada a partir da proposta existente em: MACHADO, L.M. e SILVA, C.S.B. da. Nova LDB. *Trajetória para a cidadania*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

²⁷ A primeira etapa de elaboração do Projeto Pedagógico da Escola engloba tanto o diagnóstico como a definição de diretrizes. Diz respeito à reflexão sobre a educação, buscando esclarecer as funções e finalidades da escola, sua inserção na comunidade, seus princípios, valores e política educativa. Essa discussão, que deve contar com a participação de toda a comunidade educativa, permite que a escola identifique seus próprios problemas, seus objetivos de longo prazo e suas possibilidades de atuação. Em síntese, na primeira etapa, a escola realiza o diagnóstico de sua situação e delinea sua filosofia. Para aprofundamento da discussão sobre a importância do diagnóstico e maior detalhamento dos itens listados, ver: MADEIRA, Ana Isabel. A importância do diagnóstico da situação na elaboração do projecto educativo de escola. IN: *Inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, vol. 8, nºs 1 e 2, 1995

equipamentos comunitários, instituições educativas, meios de acesso, sistema de transporte, situação das residências, saneamento, serviços de saúde, comércio.

Situação socioeconômica e educacional da comunidade: ocupações principais, níveis de renda, condições de trabalho, acesso a bens de consumo, níveis de escolaridade da população, crianças fora da escola, principais setores de atividade econômica, perfil profissional dos pais, acesso aos serviços de saúde e de assistência social, condições de habitação, etc. População atendida pela escola: nível de instrução dos pais e irmãos, qualificação profissional, hábitos alimentares e de higiene, lazer etc.

Caracterização da escola (identidade)

Histórico da escola: fundação, denominação, lideranças históricas, vínculos com egressos, participação na comunidade.

Situação física da escola: condições da edificação, dimensões, dependências, espaços para atividades pedagógicas e de lazer, biblioteca, estado de conservação, instalações hidráulicas e sanitárias, paisagismo, conforto ambiental (iluminação, ventilação, etc); adequação de salas de aula.

Recursos humanos e materiais: quantitativos do corpo docente, discente, administrativo e de apoio; vínculos funcionais; distribuição de funções e tarefas; nível de formação inicial e acesso à formação continuada (qualificação). Características dos alunos. Condições de trabalho e estudo de professores na escola. Condições de trabalho dos servidores da escola. Direitos e deveres. Recursos materiais disponíveis e sua adequação: móveis, equipamentos, material didático.

Gestão da escola: forma de provimento da direção; estilo de gestão; conselho escolar; associação de pais e mestres; grêmio escolar; gerenciamento de recursos materiais e financeiros: política adotada para o atendimento da demanda (oferta de vagas); funcionamento de biblioteca; funcionamento da secretaria; sistema de coleta e registro de dados.

Organização da escola e do ensino: estatuto, regimento, planos e projetos existentes; distribuição e ocupação do tempo e dos espaços pedagógicos; constituição de turmas; número de turmas; períodos ou turnos de funcionamento; organização em séries ou ciclos; existência de classes de aceleração; sistema de recuperação; distribuição do tempo escolar; condições de atendimento a portadores de necessidades especiais; condições de atendimento a jovens e adultos.

Relações entre a escola e a comunidade: formas de participação da comunidade educativa (pais, autoridades locais, associações de moradores, clubes de mães); parcerias com entidades, órgãos públicos e empresas; parcerias com organizações da sociedade civil; relacionamento com outras escolas; utilização dos espaços da escola pela comunidade; trabalho voluntário; relacionamento escola-família (APM); participação dos alunos (Grêmio); relações da escola com o órgão gestor da educação (Secretaria Municipal de Educação).

Currículo: Verificar como a escola vem trabalhando: o atendimento à base nacional comum; como está posta a parte diversificada; forma de composição curricular; definição de conteúdos curriculares; interdisciplinaridade (integração de disciplinas) e transversalidade (definição de temas transversais); distribuição do tempo pelos componentes curriculares; orientação didática adotada; atividades didáticas integradas; adequação dos materiais da biblioteca ao currículo; materiais didáticos adotados: escolha e adequação; parâmetros de avaliação adotados; instrumentos de avaliação.

Resultados educacionais

Desempenho escolar dos alunos: aprovação, reprovação e evasão. Relação entre idade e série. Medidas que estão sendo tomadas para a melhoria do desempenho dos alunos.

Desempenho global da escola: avaliação do desempenho global da escola: índices alcançados em relação a outras escolas do município e do estado. Dados do censo escolar. Medidas que estão sendo tomadas em relação a problemas. Relações institucionais e com a comunidade atendida.

Convivência na escola

Relações interpessoais na escola. Formas de tratamento de questões de violência externa, interna; indisciplina.

DEFINIÇÃO DAS BASES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO OU PROPOSTA PEDAGÓGICA

Diretrizes

Tendo em vista os resultados do diagnóstico, definição dos compromissos gerais a serem assumidos pelo coletivo da escola. Concretização da Política Educacional do Sistema no âmbito da unidade escolar, tendo em vista o atendimento de suas características particulares, quanto a gestão (aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos) e ação docente e atividades de apoio.

Fundamentos

Concepções, conceitos e princípios que fundamentarão o trabalho da escola: conceito de educação, papel da educação, papel da escola pública, concepção de aprendizagem, concepção de avaliação, perfil do cidadão a ser formado etc.

Dispositivos legais

Dispositivos legais e normativos a serem considerados e o que eles determinam em relação à educação escolar. Ver: Constituição federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9934/96), Plano Nacional de Educação, Plano estadual de Educação, Plano Municipal de educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, disposições do CNE, e do CEE e do CME, regimento da escola.

Currículo

Concepção de currículo a ser trabalhada. Objetivos gerais e específicos a atingir Base comum. Definição da parte diversificada. Definição da forma de composição curricular. definição de conteúdos curriculares e sua distribuição no tempo. Definição da orientação pedagógica a ser adotada. Definição de parâmetros, critérios e formas de avaliação da aprendizagem. Definição de critérios para elaboração, escolha e uso de material didático. Definição de espaços pedagógicos interdisciplinares e temas transversais. Aspectos ou áreas prioritárias no que diz respeito à aprendizagem.

PLANO DE ATIVIDADES

Prioridades

Considerar os problemas mais urgentes ou mais graves detectados no diagnóstico, em relação a: contexto da escola, características da escola, resultados educacionais e convivência na escola.

Objetivos

Definir objetivos gerais e específicos em relação aos problemas definidos, quanto a: contexto da escola, características da escola, resultados educacionais e convivência na escola.

Metas

Para cada objetivo específico, definir metas. Metas são desdobramentos dos objetivos que indicam os resultados esperados em termos quantitativos e em determinados prazos.

Previsão e provisão de recursos

Definir a necessidade de recursos para o alcance de objetivos ou metas.

IMPLEMENTAÇÃO

Acompanhamento e assistência à execução

Prever o modo pelo qual a equipe de direção da escola deverá acompanhar a execução do Plano, bem como o trabalho dos professores, apoiando-os nas dificuldades que surgirem, provendo os recursos necessários, etc. Poderão ser previstas reuniões periódicas para discussão do andamento do projeto.

Avaliação

O projeto deve ser objeto de avaliação contínua para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas. Podem ser previstos momentos de avaliação (semestral, anual, bianual), com participação de toda a comunidade escolar.

Outra sugestão interessante de roteiro de elaboração de projeto é a de Libanêo (2004)²⁸, que inclui um tópico referente à proposta de formação continuada de professores e outro atinente a uma proposta de trabalho com pais, comunidades e outras escolas de uma mesma área geográfica.



Agora, avalie com sinceridade: após um processo participativo de elaboração de um projeto político-pedagógico, que ganhos são gerados para os membros da comunidade escolar?

ANALISE

Que condições são necessárias para a operacionalização do projeto político-pedagógico?

Para que o processo de elaboração de um projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, a consolidação de seu texto final não representem apenas atividades burocráticas e formais a serem cumpridas por exigência legal, é preciso que as equipes gestoras viabilizem as condições necessárias não apenas para a sua construção, mas, sobretudo, para a sua execução, acompanhamento, avaliação e reconstrução. A seguir, são colocadas algumas dessas condições.

Delimitação e organização do tempo para a discussão, elaboração e

²⁸ LIBÂNEO (2004: 164-5) sugere um roteiro de projeto "pedagógico curricular" que contempla nove grandes itens: 1. Contextualização e caracterização da escola; 2. Concepção de educação e de práticas escolares; 3. Diagnóstico da situação atual; 4. Objetivos gerais; 5. Estrutura de organização e gestão; 6. Proposta curricular; 7. Proposta de formação continuada de professores; 8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica; e 9. Formas de avaliação do projeto.

acompanhamento do projeto.

Para a realização de uma tarefa complexa como a da elaboração e implementação da proposta pedagógica, é preciso buscar condições objetivas. A instituição de um tempo próprio é uma dessas condições. A cultura da participação precisa ser ainda instaurada em nossas escolas e, para isso, precisa-se de tempo, ou seja, um horário definido para participação em reuniões e realização de tarefas específicas que se façam necessárias.

Quando a escola ocupa todo o tempo do professor²⁹ com aulas, sem lhe dar algumas horas semanais de trabalho remunerado para estudar, elaborar material didático e ter oportunidade de discutir com os colegas e com a comunidade o processo de realização do trabalho pedagógico, ela está dificultando a realização de um trabalho de qualidade.

Encontrar o tempo certo para reunir as pessoas da comunidade não é fácil. E, aqui, se coloca um desafio para as lideranças da escola: descobrir formas de contato com as famílias dos alunos que superem as tradicionais – as eventuais reuniões de pais para tratar da indisciplina e das notas baixas dos alunos – de maneira a atraí-las a participar sistematicamente da vida escolar de seus filhos e a participar do processo de construção e acompanhamento da proposta pedagógica.

Estabelecimento de possibilidades e de limitações do trabalho da escola e definição de prioridades

A degradação histórica que a escola vem sofrendo faz com que sejam inúmeros os aspectos que merecem ser transformados para que ela alcance patamares mínimos de qualidade. No seu projeto político-pedagógico, é importante que sejam identificados, com clareza, os problemas enfrentados, bem como suas possíveis soluções. A partir daí, algumas questões se colocam. As soluções levantadas são viáveis? Como elas serão encaminhadas? O que precisa ser feito, para que elas se tornem operacionais? Quais os recursos necessários e como buscá-los? Tais questões, entre outras, irão ajudar a definir quais as possibilidades e limitações concretas da escola nesse primeiro momento, sempre tendo em mente que, no decurso do trabalho, essas possibilidades poderão ser ampliadas. Considerada a complexa tarefa de dar uma nova qualidade à escola, é preciso definir, no rol das possibilidades levantadas, as prioridades para que haja economia de tempo e de esforço. Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. Assim, as metas definidas devem ser claras, viáveis e representativas das necessidades básicas da escola e devem ser postas numa perspectiva de gradualidade, ou seja, devem ser distribuídas por etapas, ao longo de um tempo razoável para a sua consecução.

Acompanhamento da execução da proposta pedagógica

A construção e execução do projeto político-pedagógico e do plano da escola precisam ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático da equipe gestora, que inclui a participação efetiva de um coordenador pedagógico. Cabe às secretarias de

²⁹ Reconhecendo isso, a LDBEN no seu art. 67, inciso V assegura ao professor um período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho, o que deverá constar do plano de carreira dos profissionais do magistério. Por outro lado, a Resolução CEB/CNE n. 3/97, art. 6º, inciso V, define que a jornada de trabalho dos docentes incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades. No inciso IV do mesmo artigo, está indicado que as horas-atividade correspondem às horas de trabalho do professor destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola. Vê-se, desse modo, legalmente garantida a participação do professor nesse tipo de trabalho.

educação providenciar a presença desse agente na escola, seja ele um elemento integrante da própria escola, seja ele um técnico da secretaria. O importante é que haja responsáveis pela mobilização da escola, para que a comunidade como um todo possa estar periodicamente discutindo os rumos que o projeto político-pedagógico e o plano da escola vão tomando. Como partes desse processo de acompanhamento, são sugeridas algumas ações:

- análise dos planos de trabalho dos professores, para verificar sua relação com os objetivos, com os conteúdos curriculares e com as opções metodológicas da proposta pedagógica;
- construção, juntamente com os professores, de um instrumento de acompanhamento das aulas, a partir de parâmetros previamente discutidos, de forma que eles possam participar da avaliação da sua própria prática de trabalho;
- observação da sala de aula, a partir de um instrumento de acompanhamento, para estabelecer relações entre a dinâmica da aula e os objetivos e conteúdos curriculares da proposta pedagógica e identificar aspectos que precisam ser mais bem trabalhados com os professores;
- acompanhamento do desempenho dos alunos, identificando pontos nesse desempenho que precisam ser melhorados e que precisam ser discutidos com os professores;
- acompanhamento do desenvolvimento de projetos propostos por professores e por alunos;
- supervisão do uso do tempo e do espaço escolar, verificando sua adequação aos objetivos e conteúdos curriculares;
- supervisão da qualidade dos recursos didáticos disponíveis, observando sua variedade, sua adequação ao número de alunos e aos objetivos e conteúdos curriculares da proposta pedagógica;
- reunião em dia fixo, que faça parte da programação normal da escola, com os professores, para estudo teórico e discussão de questões práticas;
- reunião periódica com toda a escola e com os pais dos alunos para avaliação e replanejamento do projeto político-pedagógico e do plano de trabalho da escola.

É importante considerar permanentemente, com a comunidade escolar, se o projeto político-pedagógico, que é o plano global da instituição, está efetivamente sendo cumprido e quais as reformulações que precisam ser feitas para que o seu cumprimento represente, de fato, a construção de uma escola de qualidade acadêmica e social.



Ufa! Ao chegar até aqui, você pode estar pensando: "Tudo isso é muito bom, mas a realidade é outra..." Então, a gente pergunta a você: "Será que a gente pode ou não pode transformar a realidade?"

Este módulo teve como referências principais textos geradores da autoria de Rúbia Marluza Carneiro e Lourdes Marcelino Machado; de Adélia Luiza Portela e Dilza Maria

Andrade Atta. Foi atualizado por Anuska Andréa de Souza Silva e revisto por Ana Maria de Carvalho Luz e Tércio Rios de Jesus.

SAIBA MAIS

Para aprofundar as questões deste módulo, veja a possibilidade de acesso às referências e às indicações bibliográficas.

BRASIL, *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MACHADO, José Nilson. *Educação: Projetos e Valores*. São Paulo. Escrituras Editora, 2000. (Coleção ensaios transversais)

MACHADO, L.M. e SILVA, C.S.B. da. *Nova LDB. Trajetória para a cidadania?*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

MADEIRA, Ana Isabel. A importância do diagnóstico da situação na elaboração do projecto educativo de escola. IN: *Inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, vol. 8, nºs 1 e 2, 1995.

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (orgs) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

PORTELA, Adélia Luiza e ATTA, Dilza Maria Andrade. A Dimensão Pedagógica da Gestão da Educação. In: RODRIGUES Maristela e BRAGA Ana Catarina (orgs.) *Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM II* Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 1999. p. 77 a 114.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002.

OPINE: conteúdo do Módulo 3

Sua avaliação sobre este módulo é muito importante. Escrevam um texto livre sobre o conteúdo ou tema deste módulo, focalizando:

- Propriedade das idéias apresentadas, para a análise do contexto da sua escola
- Questões relevantes que não foram tratadas.
- Sugestões para melhorar o módulo.

.....

.....

MUNICÍPIO:.....

PARTICIPANTES DO GRUPO:

.....

PREENCHAM ESTA FOLHA, ASSINEM, DESTAQUEM DO MÓDULO E ENTREGUEM À COORDENAÇÃO